

ATA DA XXXV REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO
AMBIENTE-CONAMA

Aos trinta e um dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e três, às 9h30min., no auditório I do Edifício Sede do IBAMA em Brasília, foi realizada a XXXV Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Presentes nessa Sessão os seguintes Conselheiros: Doutor FERNANDO COUTINHO JORGE, Ministro do Meio Ambiente e Presidente do CONAMA; Doutor SIMÃO MARRUL FILHO, Secretário-Executivo do CONAMA e Presidente do IBAMA; Doutor CARLOS CARDOSO AVELINE, Conselheiro Titular Representante das Entidades Ambientalistas da Região Sul; Doutor FRANCISCO RODRIGUES SOARES, Conselheiro Titular Representante das Entidades Ambientalistas da Região Nordeste; Doutora FERNANDA COLAGROSSI, Conselheira Titular Representante das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste; Professor ALBERTO JOSÉ CENTENO, Conselheiro Titular Representante das Entidades Ambientalistas da Região Centro-Oeste; Doutor AILTON KRENAK ALVES LACERDA, Conselheiro Titular Representante do Fórum da Aliança dos Povos da Floresta; Doutor JORGE ANDRÉ FAUTH, Conselheiro Suplente Representante da ADFB - Amigos da Terra; Doutor JAIRO CORTÊZ COSTA, Conselheiro Titular Representante da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza - FBCN; Doutor CARLOS FERNANDES XAVIER, Conselheiro Suplente Representante da Confederação Nacional da Agricultura; Doutor LEOPOLDO GARCIA BRANDÃO, Conselheiro Suplente Representante da Confederação Nacional do Comércio; Doutor JOSÉ VIEIRA DO NASCIMENTO, Conselheiro Suplente Representante da Confederação Nacional da

Indústria; Doutor LUIZ SEUEITELI DUTRA, Conselheiro Suplente Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio; Doutor OLYNTHO CÂNDIDO OLIVEIRA, Conselheiro Suplente Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; Doutora MARIA CRISTINA YUAN, Conselheira Suplente Representante do Instituto Brasileiro de Siderurgia - IBS; Doutor MANOEL AUGUSTO DE AZEVEDO SANTOS, Conselheiro Titular Representante do Governo do Estado de Alagoas; Doutor DURVAL FREIRE DE CARVALHO OLIVIERI, Conselheiro Suplente Representante do Governo do Estado da Bahia; Doutor PAULO CÉSAR RESENDE DE CARVALHO ALVIM, Conselheiro Suplente Representante do Governo do Distrito Federal; Doutor ALMIR BRESSAN JÚNIOR, Conselheiro Suplente Representante do Governo do Estado do Espírito Santo; Doutor CÉSAR ALBERTO MIRANDA LIMA, Conselheiro Titular Representante do Governo do Estado do Mato Grosso; Doutor NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO, Conselheiro Titular Representante do Governo do Estado do Pará; Doutor JOSÉ LUIZ MARQUES DELGADO, Conselheiro Titular Representante do Governo do Estado de Pernambuco; Doutor AXEL SCHIMIDT GRAEL, Conselheiro Suplente Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro; Doutora MARTHA MARIA BARBOSA VARELLA, Conselheira Suplente Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Norte; Doutor JOSÉ DE ÁVILA AGUIAR COIMBRA, Conselheiro Suplente Representante do Governo do Estado de São Paulo; Doutor JOSÉ DE ÁVILA AGUIAR COIMBRA, Conselheiro Suplente Representante do Governo do Estado de São Paulo; Doutor JOSÉ CARLOS MESQUITA TEIXEIRA, Conselheiro Titular Representante do Governo do Estado de Sergipe; Doutor DJANE LACERDA, Conselheiro Titular Representante do Governo do Estado de Tocantins; Coronel Aviador VALDIR DE SOUSA e Tenente Coronel Aviador PAULO SÉRGIO LEITE ROTEIRO, Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente, Representantes do Ministério da Ae-

ronáutica; Doutor MAURÍCIO CARVALHO OLIVEIRA, Conselheiro Titular Representante do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária; Doutor ANTONIO GONZALEZ LOPES, Conselheiro Suplente Representante do Ministério do Bem-Estar Social; Doutor ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO, Conselheiro Titular Representante do Ministério das Comunicações; Doutor CARLOS FERNANDO DE MOURA DELPHIM, Conselheiro Titular Representante do Ministério da Cultura; Doutora NELI GONCALVES DE MELO, Conselheira Titular Representante do Ministério da Educação e Desporto; Tenente Coronel de Infantaria DEMA HENRIQUE SÉRGIO FALCÃO, Conselheiro Suplente Representante do Ministério do Exército; Doutor CARLOS ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS, Conselheiro Suplente Representante do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; Doutor ESTEVÃO CHAVES DE REZENDE MARTINS, Conselheiro Titular Representante do Ministério da Justiça; Capitão de Fragata PAULO ROBERTO FARIA, Conselheiro Suplente Representante do Ministério da Marinha; Doutor HUGO DE ALMEIDA e Doutor JOSÉ AMARO MAGALHÃES, Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente, Representantes do Ministério do Meio Ambiente; Doutora IVONICE AIRES CAMPOS, Conselheira Suplente Representante do Ministério de Minas e Energia; Doutor PEDRO MOTTA PINTO COELHO, Conselheiro Representante do Ministério das Relações Exteriores; Doutor SÍLVIO ROBERTO PEREIRA BARBOSA, Conselheiro Titular Representante do Ministério dos Transportes; Doutor HERBERT OTTO ROGER SCHUBARI e Doutor MÁRCIO ANTONIO TEIXEIRA MAZZARO, Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente, Representantes da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Doutora ÂNGELA RUAIZ SODRÉ, Conselheira Suplente Representante do Estado-Maior das Forças Armadas; Doutor JORDAN PAULO WALLAUER, Conselheiro Titular Representante do IBAMA. Também presentes na Reunião: Dr. Nelson Monteiro Afonso dos Santos,

do MBES - Secretaria de Saneamento; Dra. Claudete da Costa Borba, do Ministério do Trabalho; Dr. João Paulo Ribeiro Capobianco, da SOS Mata Atlântica; Dra. Gercina Paes Landim, do Governo do Estado de Roraima; Dr. José Edison Parro, da ANFAVEA; Dr. Paulo Nogueira-Neto, da APANDE/ADEMASP; Dr. Reinaldo A. Vasconcelos, do IBAMA (DF). Havendo "quorum", o Presidente cumprimentou os membros da mesa, o Plenário, demais autoridades, convidados e público presente e declarou aberta a XXXV Reunião Ordinária do CONAMA. O Presidente propôs, em nome da Secretaria-Executiva, e em seu próprio nome, uma homenagem póstuma a Dona Zélia de Azevedo Campos, funcionária do IBAMA que, juntamente com o Dr. Paulo Nogueira-Neto, fundou e participou da fase inicial do CONAMA e atuou na elaboração e implantação da lei que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente e o SISNAMA, assim como de todos os programas e projetos desenvolvidos pela extinta SEMA e mais recentemente pelo IBAMA, e que ultimamente chefiava o Escritório Regional do IBAMA, em Cabo Frio (RJ). Nesse momento a Presidência da mesa apresentou ao Plenário do CONAMA a seguinte Moção: "O Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, no uso de suas atribuições, manifesta pesar pelo falecimento da eminente ambientalista Zélia de Azevedo Campos, fundadora desse Conselho e dedica à sua memória a presente Reunião Ordinária do CONAMA". Pediu a todos os Conselheiros um minuto de silêncio em homenagem àquela ambientalista. A seguir convidou para compor a mesa o Dr. Paulo Nogueira-Neto, tecendo comentários elogiosos e enumerando as ações por ele desenvolvidas no âmbito do CONAMA. Dando prosseguimento apresentou ao Plenário o novo Secretário-Executivo do CONAMA, Dr. Simão Marrul Filho, dizendo que o mesmo é funcionário do IBAMA com experiência na área de meio ambiente. Logo após passou a dar as seguintes informações: 1) Sobre sua visita a um projeto na Bahia, onde havia

pontos a se esclarecer com relação ao descumprimento do Decreto 750/93. Esta visita teve o objetivo de, integrando grupos ambientalistas, empresários e governo, dirimir dúvidas e formar grupo de trabalho para avaliação do licenciamento dado ao empreendimento. O Presidente disse considerar o passo mais importante ter aliado Governo, Entidades Ambientalistas e empresários, superando equívocos que, lamentavelmente, ocorrem com frequência na área ambiental do País. Informou que os resultados de tudo isso será encaminhado posteriormente aos Conselheiros; 2) Lembrou que na reunião de março foi decidida a criação da Câmara Técnica para a Regulamentação da Mata Atlântica, que é presidida pela Conselheira Dra. Fernanda Colagrossi, que o faz com brilhantismo em reuniões dentro e fora de Brasília. Informou que no mês de setembro convocaria extraordinariamente o CONAMA para recolher os subsídios da Câmara Técnica e aprovar de forma definitiva a regulamentação deste Decreto tão importante e tão significativo, cujo desenho todo foi discutido amplamente não só na concepção do Decreto, como também na regulamentação, por toda a sociedade brasileira. Disse acreditar que o trabalho mostrará que a participação do CONAMA através dos seus instrumentos técnicos como a Câmara Técnica é fundamental para que se possa chegar a definição de legislação, de regulamentação, enfim, para a área ambiental de todo o País. 3) Considerou a importância da revisão constitucional, frisou que o CONAMA tem que ter uma visão clara deste assunto. Informou que o CONAMA recebeu de entidades ambientalistas proposta no sentido de que se faça essa reunião e também se possa discutir a postura global do Conselho que é um órgão de Assessoria da Presidência da República. Informou que na última reunião ordinária foi apresentada pelo Secretário-Executivo, Dr. Hugo de Almeida, as linhas básicas do maior programa ambiental que hoje existe no

mundo, que é o Programa Piloto das Florestas Tropicais; que precisava além das discussões em várias etapas com o Banco Mundial de outros países doadores, da aprovação formal pelo Congresso Nacional; que a Comissão de Economia aprovou, sexta-feira passada no Plenário do Senado Federal, autorização, através de Resolução, o Programa Piloto de Florestas Tropicais; e portanto todas as medidas básicas para viabilização desse grande programa foram tomadas; 4) Lembrou aos Conselheiros que o lançamento do Programa Amazônia Viva, que havia sido conversado na última reunião, foi lançado na Amazônia, desta feita procurando dar uma conotação de orientação e de educação sem ter uma visão altamente punitiva, envolvendo um programa de rádio da Amazônia muito intenso a partir do dia 05 com a fala do Presidente da República, entidades ambientalistas da região, escolas, sindicatos, prefeituras e o Governo na tentativa de, juntos, cada vez mais, superarmos os problemas relacionados ao desmatamento, queimadas e outras irregularidades ambientais importantes naquela região; 5) Disse, ainda, que entre os assuntos polêmicos surgidos houve o problema dos Caiapós; que o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA agiram dentro de suas funções onde foram detectadas ilegalidades muito graves de exploração de mogno e as providências estão sendo tomadas; 6) Informou que dia 30 deu início a uma operação muito importante em Manaus, no Pico da Neblina, onde uma quantidade muito grande de garimpeiros instalou-se em uma área de preservação e conservação e que deverão ser retirados desta área. Disse também que nesse período foi assinado com o Ministério de Minas e Energia e Ministério da Justiça portaria conjunta para que a partir de agora possamos trabalhar em áreas de reservas indígenas e unidade de conservação, de forma integrada, envolvendo todos os órgãos de cada Ministério, num trabalho coerente em que a visão do programa prevaleça.

Disse acreditar que com isso uma série de equívocos, dificuldades, serão superadas. 7) Afirmou que na próxima reunião a primeira etapa deverá ter uma exposição muito mais ampla dos acordos internacionais fechados e de outros programas importantes que estão sendo desenvolvidos na área ambiental, quer através do IBAMA, quer através do Ministério. Dando prosseguimento, lembrou que há 12 anos, no dia 31 de agosto de 1981, o Congresso Nacional aprovou por unanimidade o Projeto de Lei que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente para o Brasil e esse processo culminou na aprovação da Lei no. 6.938/81. A seguir fez uma breve introdução sobre esses 12 anos de Política Ambiental e passou a palavra ao Dr. Paulo Nogueira-Neto que, em seu pronunciamento, homenageou Dona Zélia de Azevedo Campos com quem trabalhou durante 12 anos e meio, enquanto permaneceu a frente da SEMA, bem como a Dra. Ana Maria Evaristo Cruz que dirigiu durante anos a parte administrativa do CONAMA e também ao staf do CONAMA. Dando continuidade, o Dr. Paulo relembrou os primeiros anos do Conselho, as dificuldades enfrentadas desde a sua instalação, dos primeiros Conselheiros; citou a questão do Projeto de Lei sobre agrotóxico que o CONAMA ajudou a melhorar; citou nomes de alguns Conselheiros que nos primeiros anos colaboraram com o fortalecimento do CONAMA e que ainda hoje continuam lutando como Dr. José Vieira do Nascimento, Dr. Jairo Cortêz Costa, Dr. Renato Aragão, Dra. Magda Renner, Dra. Giselda Castro, Alte. Ibsen de Gusmão Câmara, Dr. Roberto Ribas Lange (já falecido), Dra. Fernanda Colagrossi e vários outros. Ao finalizar, saudou o Ministro Coutinho Jorge que na Presidência do CONAMA vem tomando atitudes corajosas e deu o exemplo do problema do sul da Bahia. Agradeceu a homenagem dizendo que se sente feliz por Deus ter lhe dado a oportunidade rara de poder ter dedicado grande parte de sua vida ao meio ambiente.

Nesse momento o Presidente informou que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República decidiu editar um Decreto criando a Ordem do Mérito Ambiental, uma maneira de prestar homenagem a todos aqueles que contribuíram de forma efetiva ao meio ambiente no Brasil e propôs ao Plenário que através de uma Moção, seja sugerido ao Presidente da República logo após a edição do Decreto que cria a Ordem do Mérito Ambiental, por justiça, por tudo que fez pelo meio ambiente no Brasil, que o Doutor Paulo Nogueira-Neto seja o primeiro homenageado por essa Ordem. A proposta foi aprovada. A seguir passou a leitura do ato de nomeação e posse dos seguintes Conselheiros: Dra. Maria Dalva Alves dos Santos e Dra. Helena Zenella, da Secretaria-Geral da Presidência da República; Dr. Paulo Renato Ferreira da Silva e Dr. Zenon Schueler Reis, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República; Dr. Cláudio Luiz Miccieli dos Santos e Dra. Inez Machado Salim, do Ministério da Previdência Social; Dr. William Sebastião Penido Vale e Dra. Ivonice Aires Campos, do Ministério de Minas e Energia; Dr. José Amaro Magalhães, do Ministério do Meio Ambiente; Dr. Téo de Figueiredo, do Ministério da Marinha; Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins e Dra. Cristina Maria Costa Leite, do Ministério da Justiça; Dra. Tânia Maria Araújo Cunha, do Ministério da Fazenda; Dr. Carlos Fernando de Moura Delphin e Dra. Andrea Cury Zarattini, do Ministério da Cultura; Dr. José Antônio Reis, do Governo do Estado de Tocantins; Dr. José Luiz Marques Delgado e Dra. Maria do Carmo Martins Sobral, do Governo do Estado de Pernambuco; Deputado Carlos Marques Dunga, do Governo do Estado da Paraíba; Dr. César Alberto Miranda Lima e Dr. Márcio Luiz de Mesquita, do Governo do Estado de Mato Grosso; Dr. Leônidas Soriano Caldas Neto, do Governo do Estado do Maranhão; Dr. Paulo César Timm e Dr. Paulo César Resende Alvim,

do Governo do Distrito Federal. O Presidente deu boas-vindas aos novos Conselheiros e dando prosseguimento, submeteu ao Plenário a Ata da 34a. Reunião Ordinária do CONAMA, que foi aprovada com uma ressalva feita pela Conselheira Maria Cristina Yuan, que pediu para que fosse registrado em Ata o protesto do Instituto Brasileiro de Siderurgia pela ausência de um representante do setor empresarial na Câmara Técnica para Assuntos de Mata Atlântica. O Presidente então informou a Conselheira que em virtude da discussão que houve em Plenário, ficou delegado ao Presidente a definição da composição da Câmara e que esteve presente na reunião de instalação da mesma e sugeriu aos membros que convidassem todos os órgãos interessados para que não houvesse nenhum setor produtivo, do Governo, ou de entidades ambientalistas que deixasse de ser ouvido e após alguns esclarecimentos passou a palavra ao Secretário-Executivo do CONAMA para proceder a leitura do expediente e das comunicações da Ordem do Dia. Em seu pronunciamento o Senhor Secretário colocou que é um privilégio presidir o IBAMA e ser Secretário-Executivo deste Conselho, exercendo funções que o Dr. Paulo Nogueira-Neto exerceu. Comunicou que a Secretaria tenta buscar mecanismos de agilização de matérias em tramitação ao nível das Câmaras e da Secretaria-Executiva. Informou que seu primeiro desafio foi, em conjunto com o Presidente do CONAMA, garantir a realização da 35a. Reunião Ordinária do CONAMA. Agradeceu o esforço concentrado empreendido pelos Presidentes das Câmaras de Controle Ambiental e Assuntos Jurídicos, para garantir que as matérias pudessem vir ao Plenário. Citou algumas questões prioritárias e que deverão ter resposta o mais rápido possível por parte da Secretaria-Executiva, como, por exemplo, as questões da Gurgel, do RQMA, do Projeto Castanhão, do Paralelogramo de cobertura vegetal, metanol, Política Nacional de Recursos Híd-

dricos, Apa de Piaçabuçu, entre outros. Sobre a questão do Mercosul, levantada pelos Conselheiros, foi determinado que a Procuradoria-Geral e a Diretoria de Controle e Fiscalização do IBAMA se reintegrassem às questões de legislação ambiental do Mercosul, inclusive já participando da próxima reunião do Grupo 67. Por fim colocou a Secretaria-Executiva à disposição dos Conselheiros, visando acima de tudo ganhar produtividade a nível do Plenário. A seguir o Presidente passou ao item 5 da Pauta que diz respeito a apresentação à mesa das matérias com pedido de Regime de Urgência, de emendas às matérias da Ordem do Dia e dos pedidos de inversão de Pauta. Por sugestão do Sr. Presidente, a Pauta foi invertida, passando o item 6.3 da Ordem do Dia da Pauta, o primeiro a ser discutido. Iniciando, então, a discussão sobre os itens da Ordem do Dia, o Presidente submeteu ao Plenário a proposta de Resolução sobre atualização da Regulamentação dos Limites de Emissão para Motores e Veículos Novos. O Dr. José Vieira do Nascimento, Presidente da Câmara de Controle Ambiental, indicou como relator da matéria o Dr. Gabriel Murgel Branco, da CETESB, que fez uma explanação detalhada da matéria, esclarecendo todas as dúvidas ora levantadas. Logo após, o Presidente da Câmara de Assuntos Jurídicos apresentou o parecer da mesma à matéria em discussão, considerando-a apta a ser deliberada pelo Conselho, o qual aprovou-a sem ressalvas. Então o Presidente submeteu ao Plenário o item 6.1 referente a proposta de Resolução sobre regulamentação da Divulgação de Especificações de Regulagem dos Veículos Automotores. Após a explanação e apresentação do parecer da Câmara de Assuntos Jurídicos, pelo seu Presidente, com indicativo ao Plenário favorecendo a aprovação da proposta, o Plenário votou pela aprovação da matéria. Foi submetido, então, o item 6.2 referente a proposta de Resolução sobre regulamentação em Programas de Inspeção e Manu-

tendência de Veículos em Uso - I/M. Após o relato da Câmara Técnica de Controle Ambiental, feito pelo Dr. Gabriel Murgel Branco, o Presidente da Câmara de Assuntos Jurídicos apresentou parecer da mesma esclarecendo que na ocasião da deliberação, a Câmara não tinha conhecimento da folha adicional de alterações apresentada em Plenário, no entanto, com as explicações fornecidas, o parecer da Câmara continuaria a ser favorável a aprovação da proposta, inclusive com respeito a faculdade de dispensa para veículos de destinação especial, que sobre isso durante a reunião da Câmara ficaram dúvidas dependentes das explicações a serem fornecidas durante a reunião Plenária, e as mesmas foram consideradas satisfatórias aos membros da Câmara. Quanto aos termos redacionais, datilografia e numeração dos dispositivos do conjunto das Resoluções, a Câmara recomendou aos proponentes que procurem seguir a técnica legislativa que foi adotada no texto da Constituição Federal com respeito ao sinal de parágrafo, o uso da palavra parágrafo, ou da palavra único por extenso, a pontuação e uso de cardinais e ordinais. Fez a observação de que com respeito ao dispositivo ao final do projeto de Resolução, está consagrado no artigo no. 21 que fala no caso das penalidades previstas pela Lei 6.938/81, que se aplicariam no caso de infração; a Câmara sugeriu que o artigo 21 adote uma redação mais parecida com o artigo 22, que foi utilizado pelo primeiro item da Pauta, após a inversão, de tal maneira que fique mais explícito o rito de penalidades que se aplicarão aos infratores. Observou também que a Câmara entendeu que o artigo 19, o qual reza "o disposto nessa Resolução também se aplica ao Distrito Federal" é desnecessária porque, constitucionalmente, sabe-se que o Distrito Federal é um ente que reúne as obrigações e competências estaduais e municipais e que por conseguinte não pairará de forma alguma qualquer dúvida a que

o Distrito Federal esteja também obrigado a cumprir esta Resolução. Não havendo mais qualquer dúvida, o Plenário deu por aprovada a Resolução, incluindo as alterações feitas pela Câmara de Assuntos Jurídicos. O Presidente do Conselho submeteu ao Plenário o item 6.4 da Ordem do Dia referente a proposta de Resolução que dispõe sobre atividades de gerenciamento de óleo lubrificante (rerrefino), estabelece normas e padrões, conceitos e diretrizes de organização e controle de modo a evitar danos à saúde e ao meio ambiente. Após o parecer da Câmara Técnica de Controle Ambiental, apresentado pelo Dr. Reinaldo Vasconcelos, técnico da Diretoria de Controle e Fiscalização do IBAMA e o parecer da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos favorável a aprovação da proposta, o Plenário deu por aprovada a Resolução. A seguir, não havendo matérias em regime de urgência para serem discutidas, o Presidente passou ao item 8 da Pauta que diz respeito a palavra livre. Fazendo uso da palavra, a Conselheira Fernanda Colagrossi fez um breve relato das atividades da Câmara Técnica Temporária para Assuntos de Mata Atlântica, a qual preside, informando que houveram 3 reuniões: a primeira, dia 7 de julho, onde foi aprovado um Cronograma de Trabalho e ficou decidido que a Coordenadoria iria enviar aos 7 membros da Câmara, cópia dos documentos apresentados nessa reunião e os mesmos, por sua vez, trariam na reunião seguinte uma sinopse do documento para ser discutido; na segunda reunião, dia 6 de agosto, foram examinadas as sinopses e sugestões e depois de grandes discussões, foi conseguido um documento único; foi marcada a terceira reunião para a Superintendência do IBAMA no Rio de Janeiro onde foi efetuada a minuta de proposta de Resolução que foi enviada, a pedido da Câmara, a todos os Conselheiros, para que até o dia 13 de setembro os mesmos aperfeiçoem e enviem subsídios à minuta. Informou que, conjuntamente com o I.

E.F. do Rio de Janeiro, iriam realizar uma audiência pública no Clube de Engenharia, dia 14 de setembro, e convidou a todos para o evento. A seguir passou a ler a lista de presença das pessoas físicas e jurídicas que participaram das reuniões e enfatizou que embora não tenha assinado a lista de presença, o Dr. Leopoldo Brandão participou das três reuniões e solicitou que examinasse o documento da Câmara, e viesse a contribuir e enriquecê-lo com todo o seu conhecimento e bom senso. Informou, também, sobre a possibilidade de ser realizada em Porto Seguro na Bahia a última reunião da Câmara. Após ter mais algumas considerações, finalizou sugerindo a data do dia 17 de setembro para essa reunião. O Presidente do CONAMA fez uso da palavra para manifestar sua satisfação com os trabalhos, parabenizando os membros da Câmara e sua Presidente e pediu à Câmara que apresentasse o seu resultado o mais breve possível para que fosse então convocada uma reunião extraordinária para tratar do assunto. A seguir passou a palavra ao Conselheiro Almir Bressan, que lembrou aos Conselheiros que tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que versa sobre política de recursos hídricos no País e que na 34a. Reunião Ordinária houve solicitação no sentido de que esse projeto fosse amplamente discutido pelo CONAMA; informou que em sua última reunião a ABEMA discutiu o substitutivo ao projeto do Deputado Fábio Feldmann e que teriam todo o interesse em discutir esse assunto que é da maior relevância; que a ABEMA faria 3 reuniões nas 3 grandes regiões hidrográficas do País, a 1a. no Estado do Pará, dia 9 de setembro, a 2a. no Estado de Pernambuco, em Recife, no dia 13 de setembro e a 3a. em Curitiba, no dia 15 de setembro e, após convidar a todos, informou que o resultado dos Debates serão trazidos ao Plenário do CONAMA. Continuou lembrando também que na última Reunião Extraordinária foi solicitado que a NUCLEBRÁS enviasse os

custos do Programa Nuclear Brasileiro, ou seja, que fossem abertos os custos desse Programa para serem analisados com mais detalhes, o processo de continuidade desse Programa. Lembrou também que foi solicitado que fosse feita uma Resolução do CONAMA no sentido de definir critérios para pesca em alto mar para embarcações de grande porte, nacionais e estrangeiras, em virtude do que havia acontecido em vários Estados da Federação em que barcos estrangeiros tomaram de assalto algumas regiões do nosso mar territorial, fazendo a pesca predatória. Por fim, informou a pedido dos órgãos Estaduais que os convênios feitos para fiscalização Florestal com o IBAMA e Ministério do Meio Ambiente não receberam o retorno da taxa de reposição florestal de multas que são aplicadas pela fiscalização dos Estados em face de penalidades. O Presidente do Conselho fez uso da palavra para informar que com relação aos recursos hídricos, possivelmente durante esse mês o Presidente da República irá baixar um ato relativo a uma bacia hidrográfica, um programa integrado, mas que isso exigiria que a legislação global do Brasil em torno desse assunto seja alterada. Informou também que está no programa a convocação da Câmara Técnica de Recursos Hídricos e Saneamento para recolher subsídios e com isso dar o seu parecer. Quanto a questão da pesca o Presidente passou a palavra ao Secretário-Executivo, que colocou a questão da pesca por barcos estrangeiros na zona econômica exclusiva como questão de Segurança Nacional. Informou que o Ministério do Meio Ambiente já tem entendimentos com os Ministérios da Marinha e da Aeronáutica no sentido de uma política e ações de fiscalização; colocou que o IBAMA está preparando um pequeno texto para propor ao CONAMA, objetivando revisão do processo de licenciamento em termos de pesca, principalmente das espécies controladas que têm gerado conflitos, tanto entre Estados como na

iniciativa privada. Com relação aos convênios, o orçamento só começou a ser executado por volta de maio e junho e o IBAMA está tomando todas as providências para agilizar o repasse de recursos. A seguir, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Jorge André Fauth, que lembrou a que a ADFB - Amigos da Terra encaminhou a algum tempo, sugestões de matérias para o CONAMA e que elas não entraram em discussão. Citou o caso da Lei das Patentes, o Acordo de Biodiversidade. Informou que a ADFB, no dia 24 deste mês, fez um debate público e convidou toda a sociedade civil organizada para discutir a Revisão Constitucional; colocou a preocupação de sua Entidade com as possíveis interferências na revisão, principalmente sobre as atribuições do Ministério Público e solicitou que no debate a ser feito no CONAMA sobre a Revisão, se atente principalmente para que as atribuições do Ministério Público não sejam modificadas. O Presidente fez uso da palavra para colocar que, quanto à última proposta, estava acatada, e informou que irá convocar extraordinariamente uma reunião só para discutir o problema da Revisão. Lembrou que em conversa com Deputado Marco Penaforte, este se colocou à disposição, em setembro, para tratar da Revisão na área ambiental. Sobre Convenção da Biodiversidade informou que dentre os programas que o Presidente deverá aprovar e que já foi apresentado na última reunião do CONAMA, está a criação de um Programa Nacional de Biodiversidade criando um Conselho Nacional que vai coordenar esse programa e com isso permitir que a sociedade civil e o Governo como um todo discuta programas e projetos prioritários para os vários ecossistemas e que atendam os requisitos básicos da biodiversidade. A seguir passou a palavra ao Conselheiro José de Ávila A. Coimbra que lembrou estar preparando um anteprojeto de lei sobre educação, de autoria do Deputado Fábio Feldmann, e embora ele não soubesse em que altura

de tramitação estivesse, seria bom que o CONAMA se interessasse por ele. Lembrou também que na reunião do dia 05, o Senhor Presidente levantou a hipótese de se obter do Excelentíssimo Senhor Presidente República um Decreto relativo ao Projeto de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em âmbito nacional e que o Senhor Presidente manifestava a esperança de ter alguma notícia para o dia de hoje. Respondendo, o Presidente informou que conversou o Presidente da República, que tomou conhecimento da Resolução aprovada na reunião do dia 05 para tratar exclusivamente de resíduos sólidos e mostrou a conveniência desta visão global e ele autorizou que se preparasse um programa, um grupo de trabalho para que possivelmente ele possa assinar um ato criando oficialmente esse grupo a nível nacional, com certas regras, e que provavelmente em setembro será executado, ouvido as entidades ambientalistas. A seguir passou a palavra ao Conselheiro Francisco Soares que voltou a cobrar providências com relação ao problema do açude do Castanhão. Enfatizou que não é de interesse deles receber informações com relação ao ritual da SEMACE e sim fazer com que a lei seja cumprida. Solicitou que o CONAMA determine a realização dos estudos das consequências ambientais. Acrescentou que recebeu informações de que a população de Jaguaribara está vendendo as terras a preços muito baixos, por intermédio do DNDCS, afirmando ser esta uma obra ilegal. Por fim, solicitou que o assunto seja discutido com a maior brevidade possível e seja colocado no Plenário do CONAMA ou o IBAMA faça sustar qualquer andamento desta obra. O Presidente passou a palavra ao Secretário-Executivo que informou que na próxima reunião o assunto viria a pauta. A seguir passou a palavra a Conselheiro José Carlos Mesquita que comunicou ao Plenário que Sergipe já saiu da fase da discussão da Mata Atlântica e que no dia Mundial do Meio Ambiente o Governador do Estado

baixou Decreto criando uma reserva especial no município de Aracajú, no Morro do Urubu. Relatou que nos próximos dias 10 e 11 de setembro será realizado um seminário sobre Mata Atlântica no Estado de Sergipe e convidou todos os Conselheiros para o evento. Fez uso da palavra o Conselheiro José Vieira do Nascimento que manifestou sua satisfação ao Plenário dizendo que essas Resoluções tão importantes que foram aprovadas no dia de hoje foram não só debatidas no âmbito da Câmara Técnica, onde entregou a liderança do estudo à CETESB e ao IBAMA. Por se tratar de assunto de grande interesse da classe empresarial, pautou o caminho da neutralidade técnica e científica trazendo para o debate mais importante Empresas do País interessadas no assunto, e demonstrando satisfação pela aprovação das Resoluções cumprimentou o Plenário dizendo que este teve a sabedoria de aprová-las quase sem modificações. Nesse momento a palavra foi concedida ao Dr. João Paulo Capobianco, da SOS Mata Atlântica, que alertou ao Ministro e ao Secretário-Executivo no que diz respeito ao Projeto de Lei no. 217, de 1987, cujo autor é o Congresso Nacional e o Relator o Deputado Luciano Pizzato, que dispõe sobre a reposição florestal obrigatória e dá outras providências, e em seu art. 2o. diz o seguinte: a reposição florestal deverá ser executada nos casos de desmatamento ou exploração sem manejo para rendimento sustentável. No art. 4o.: estão isentas de reposição florestal de que trata esta Lei, aqueles que: a) utilizem matéria prima proveniente de floresta submetido a manejo de desenvolvimento sustentável. Citou ainda o art. 5o. e após ter vários outros comentários sugeriu que o IBAMA agisse prontamente, para não se ter maiores problemas com esse Projeto de Lei. Mostrou sua preocupação com o fato da semana passada a Empresa Vera Cruz ter recebido liberação de recursos do Banco Estadual da Bahia para implantar o projeto e, em

visita ao empreendimento houve a constatação da falta do EIA/RIMA. Pediu então ao Senhor Ministro que coerentemente com todo o processo difícil de negociação, em decorrência da Reunião de Porto Seguro da Câmara Técnica para Assuntos de Mata Atlântica, que a Empresa apresente o EIA/RIMA. O Presidente concordou que com relação Projeto de Lei 217/87 há uma preocupação por parte do IBAMA e que iriam então envidar esforços para que se evite esses grandes equívocos. Quanto ao problema do EIA/RIMA se sabe que entre as propostas da Comissão que apresentou o Relatório, foi que o EIA/RIMA fosse apresentado. Desse modo o IBAMA deverá agir em cumprimento do mesmo. Concedeu a seguir a palavra ao Conselheiro Carlos Avelline que teceu comentários a respeito da 13a. Reunião Extraordinária, que versou sobre Angra II, sobre os problemas da questão nuclear. Solicitou, ao final, que se faça valer a Resolução do CONAMA do dia 30/03/93. O Presidente então informou que após problemas na área do Governo e na área do IBAMA a Câmara não foi instalada e garantiu que a Câmara seria convocada o mais breve possível. A seguir a Dra. Fernanda Colagrossi fez uso da palavra para homenagear o Dr. Paulo Nogueira-Neto, dizendo que se nós estamos aqui hoje deve-se a ele. Isso é reconhecido pelo movimento ambientalista, por todos que trabalham e lutam pelo meio ambiente e agradeceu-o pela sua vida e dedicação. Antes de finalizar, o Presidente leu a composição da Câmara Técnica Temporária de Acompanhamento e Análise do Projeto Usina Nuclear Angra II. Agradeceu então a presença do Dr. Paulo Nogueira-Neto dizendo que sua presença abrilhantou e enriqueceu esta reunião. Afirmou que pelo meio ambiente no Brasil passava, obrigatoriamente por ele. Agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a XXXV Reunião Ordinária do CONAMA, da qual foi lavrada a presente síntese de Ata em Brasília-DF, 31 de agosto de 1993.